



Simulado Final

STJ

**Cargo: Analista Judiciário -
Área Administrativa - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final STJ (Analista Judiciário – Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Administrativa da STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/piCVgzhNWxUaX85M9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/RYzw>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I****A urgência de fazer o que não pode ser adiado**

“Adia tudo”, tenta-me Fernando Pessoa, através de Bernardo Soares, no “Livro do desassossego”: “Nunca se deve fazer hoje o que se pode deixar de fazer também amanhã.”

Às vezes penso em organizar uma igreja e ir de casa em casa com o “O Livro do desassossego” na mão:

— Boa tarde, o senhor já conhece Pessoa?

Pessoa não te ama. O seu apóstolo, Bernardo Soares, também não te ama. Não haver ninguém que te ame pode ser a maior das libertações. No fim, desisto de implementar a minha igreja, porque isso seria um projeto contrário ao espírito do desassossego. O livro inteiro é uma exaltação da não-ação. Vive para dentro, insiste o poeta de muitas formas diferentes. O teu interior é mais vasto do que o universo etc. Resultou com Fernando Pessoa, suponho, mas nem todos temos tanto interior. Eu não tenho.

“O Livro do desassossego” é o melhor que há em matéria de literatura de antiajuda, e talvez por isso seja tão bom e tão necessário. Pessoa não te ama. Pessoa não te quer ajudar. Pessoa testemunha, com uma lucidez sem misericórdia, a falta de lucidez das ações humanas. Assim, paradoxalmente, o múltiplo autor português mostra-nos as feridas do mundo; os absurdos em que nos deixamos enredar, e, ainda que não seja essa a sua intenção, ajuda-nos a agir.

Fico pensando em tudo o que posso não fazer hoje, e que poderia não fazer amanhã. Posso não ir à praia. Posso não terminar de ver “A Casa de Papel”. Posso não perder meia hora no Instagram. Depois, penso naquilo que tem de ser feito hoje; naquilo que se não fizer agora, já não poderei fazer amanhã, nem nunca mais, porque não haverá amanhã. Preciso respirar, por exemplo. Preciso comer. Tudo o que mantém meu corpo vivo. Mas também preciso escrever, ler, brincar e conversar com amigos; ouvir Chico Buarque e Caetano, enfim, tudo o que mantém meu espírito vivo. E ainda amar, namorar,

perdoar, me emocionar — tudo o que mantém meu coração vivo.

Enquanto cidadãos, também são inúmeras as situações que exigem uma ação imediata: não podemos deixar para amanhã nada que contribua para atenuar o cataclismo climático em curso. Precisamos vigiar a nossa pegada ecológica, viajar menos, não consumir alimentos vindos de lugares distantes, repensar o nosso regime alimentar, separar o lixo ou recusar sacolas de plástico.

Também não podemos deixar para amanhã a defesa da democracia. Isto é verdade em qualquer lugar. A democracia tem de ser defendida em casa, no trabalho e nas ruas. E tem de ser defendida agora! É preciso que todos se empenhem em estender pontes para antigos desafetos políticos.

(José Eduardo Agualusa. O Globo. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue as assertivas a seguir.

- 01.** Infere-se do texto que para vivermos bem, precisamos viver sem compromissos e preocupações.
- 02.** É possível afirmar a partir da leitura do texto que a não-ação não diz respeito ao que realmente importa
- 03.** O autor do texto desiste da implementação da igreja porque “O livro do desassossego” não fala sobre amor.
- 04.** Segundo o texto, a obra “O Livro do desassossego” traz prejuízos para o leitor, opondo-se a literaturas de autoajuda.

TEXTO II

O Distrito Federal figura como a unidade da Federação com a maior redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) do Brasil. O destaque nacional é apontado pelo Monitor da Violência, que faz o acompanhamento dos crimes contra a vida no país. De acordo com o estudo, a redução no DF chegou a 37%. Em todo o país, foram contabilizadas 1,3 mil mortes a menos nos três primeiros meses deste ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, o que na média nacional representa redução de 11% nos CVLIs. A categoria engloba os homicídios (feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

“Esse destaque é um reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido a partir de políticas pautadas pelo interesse público adotadas pela Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF), em especial o programa DF Mais Seguro. Essas medidas foram, e são possíveis, por meio do trabalho integrado das forças de segurança e a avaliação constante de resultados, até mesmo para que sejam feitas adaptações, quando necessário”, avalia o secretário de Segurança Pública, delegado Júlio Danilo.

“Importante ressaltar que a queda do número de homicídios no DF estava ocorrendo mesmo antes da pandemia. É possível que a dinâmica das restrições impostas pelo período tenha interferido, porém não há estudo sobre o assunto. O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que se estabeleceu por todo o ano passado. Isso demonstra o esforço ainda maior dos profissionais da Segurança Pública, que tiveram que se adaptar às rotinas do novo cenário e, ainda assim, conseguimos terminar 2020 com redução recorde”, completa Danilo.

O levantamento feito pelo Monitor da Violência é uma parceria do Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal G1. O objetivo é produzir dados para debater a violência e apontar soluções. Além do policiamento extensivo de policiais militares, a redução dos homicídios também resulta de uma série de ações e medidas adotadas pela Polícia Civil do DF (PCDF), como explica o titular da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa, Laércio Rosseto: “Essa redução de crimes violentos no DF está ligada à resposta que tem sido dada por parte da polícia judiciária local. As investigações e

prisões diminuem a impunidade e mostra que os autores desses crimes serão alcançados”.

Rosseto relata ainda ações adotadas pela instituição: “Os resultados foram obtidos por conta de uma série de ações, como a implementação do Plantão Extraordinário de Local de Crime (PEL); o combate ao tráfico de drogas; uso de tecnologia de ponta; o trabalho qualificado dos peritos criminais; e o deferimento de representações ofertadas ao Judiciário, com pareceres favoráveis do Ministério Público, o que possibilita medidas cautelares para uma investigação de excelência”.

Desde o ano passado, a SSP/DF deu início à implementação do DF mais Seguro, que é pautado pela aplicação ainda mais adequada das políticas de segurança, com base nos seguintes eixos: Cidade da Segurança Pública: modernização e ampliação do sistema de videomonitoramento; projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas; e a melhoria no atendimento dos canais de emergência.

Março, mês em que ocorre o Dia Internacional da Mulher, foi marcado pelo lançamento do Mulher Mais Segura, que integra o DF Mais Seguro. O programa, voltado para o público feminino no DF, reúne medidas, iniciativas e ações de enfrentamento aos crimes de gênero e fortalecimento de mecanismos de proteção a esse público. Entre as medidas está o Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa (DMPP), para monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência de casos encaminhados pelo Judiciário local e a disponibilização do estudo qualificado de feminicídios realizado mensalmente pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídio e Feminicídio (CTMHF).

Apesar de o objetivo principal ser a redução de homicídios, é notório que a presença policial contribuiu com o aumento da sensação de segurança da população e, conseqüentemente, com a redução de outros crimes, como roubos e furtos, como afirma Neves: “Com esta ação – que independe das ações ordinárias das forças de segurança – realizamos apreensão de drogas e armas e o cumprimento de mandados de prisão que estiverem em aberto”.

(Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/05/31/distrito-federal-apresenta-maior-queda-no-pais-de-crimes-contra-a-vida/>. Adaptado)

Acerca dos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

05. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que a redução de crimes violentos no Distrito Federal se intensificou durante a pandemia do coronavírus, chegando a um patamar de 37% em comparação ao ano anterior.

06. O texto, ao discorrer sobre vários fatores que contribuem para os números mostrados no que diz respeito à criminalidade no Distrito Federal, caracteriza-se como predominantemente informativo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

07. A expressão destacada em "o que possibilita medidas cautelares [...]" tem como antecedente "Ministério Público" e pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical por **o qual**.

08. As palavras "memória", "violência" e "extraordinário" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

09. Em "projeto Área de Segurança Prioritária (ASP), que vai seguir reforçando todas as ações nas regiões administrativas (6º parágrafo)", a vírgula, por seu caráter facultativo, preservaria o sentido original do texto se retirada.

10. A partícula destacada em "O que temos é uma redução que já vinha sendo consolidada e que **se** estabeleceu por todo o ano passado (3º parágrafo) pode ser classificada como pronome passivador.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da organização e da competência do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.

11. A Constituição Federal elencou, em rol taxativo, as competências do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos órgãos da Justiça Especializada. A competência da Justiça Estadual, por outro lado, é residual, de forma que compete aos Tribunais de Justiça e aos Juízes de Direito aquilo que não for vedado pela Constituição Federal.

12. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de ministros de Estado.

13. O Superior Tribunal de Justiça poderá negar seguimento ao recurso especial, por decisão de 3/5 (três quintos) de seus membros, quando o recorrente não demonstra a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue o item abaixo.

14. Compete aos estados, mediante lei complementar, instituir, após plebiscito com a população diretamente interessada, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

15. Ofende os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana a perquirição da vítima, em processos apuratórios e julgamentos de crimes contra a dignidade sexual, quanto ao seu modo de vida e histórico de experiências sexuais.
16. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, desde que já possua maioridade e o pedido seja feito na via judicial.
17. A condenação criminal transitada em julgado provoca a perda dos direitos políticos.
18. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

LEGISLAÇÃO

Rubens Maurício

19. A Lei nº 12.618/12 instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.
20. A adesão ao regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618/12 é obrigatória para todos os servidores que tomaram posse após a instituição da respectiva lei.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

Antônio Daud

- Tomando por base os preceitos sobre ética e improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.
21. Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, mesmo que o ente não integre a administração indireta.
22. Embora as pessoas jurídicas possam ser destinatárias das sanções da Lei de Improbidade Administrativa, estas deixarão de ser aplicadas caso o ato praticado seja também sancionado como ato lesivo à administração pública pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).
23. Na ação judicial por improbidade administrativa, será assegurado o direito de o réu ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, sendo que sua recusa implicará confissão.
24. As ações judiciais por improbidade administrativa sujeitam-se ao reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
25. A ação judicial por improbidade administrativa tem natureza bivalente, podendo ter caráter repressivo-sancionatório ou destinar-se à proteção do patrimônio público e social.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

De acordo com a Teoria geral e a Afirmação histórica dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

26. Os direitos humanos não prescrevem diante da passagem do tempo, contudo não se pode falar em responsabilidade anos após a ocorrência de uma violação.

27. Os tratados internacionais de Direitos Humanos se sobrepõe ao Texto Constitucional por sua força *jus cogens*, devendo preponderar sobre o caso concreto em todas as situações.

28. Todos os tratados internacionais poderão ser internalizados com “status” de norma constitucional, bastando que sejam aprovados por três quintos, em dois turnos, pelas duas casas do Congresso Nacional.

Sobre questões de gênero, equidade e direitos da pessoa com deficiência, julgue os itens a seguir.

29. O direito à prioridade de atendimento em instituições que fornecem serviços ao grande público são extensíveis aos doadores de sangue que comprovem os requisitos legais.

30. O Símbolo Internacional de Surdez é composto por um cordão de fita com desenhos de girassóis.

31. Estado e iniciativa privada buscarão desenvolver políticas públicas para combater a desigualdade racial, por meio de políticas públicas.

32. Mulheres negras têm garantido linhas de crédito especiais para pequenas produções como forma de ação afirmativa.

NORMATIVOS INTERNOS DO STJ*Tiago Zanolla*

COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STJ, RESPONDA:

33. Art. 7º O Conselho da Justiça Federal é integrado pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Nacional de justiça, e quatro Ministros do Tribunal, eleitos por dois anos, e pelos Presidentes dos seis Tribunais Regionais Federais

34. À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a obrigações em geral de direito privado, mesmo quando o Estado participar do contrato

35. Apenas quando convier pronunciamento da Seção, em razão da relevância da questão, e para prevenir divergência entre as Turmas da mesma Seção as turmas remeterão os feitos de sua competência à Seção de que são integrantes.

36. O Presidente convocará um juiz federal para exercer a função de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal.

37. A antiguidade do Ministro no Tribunal, para sua colocação nas sessões, distribuição de serviço, revisão dos processos, substituições e outros quaisquer efeitos legais ou regimentais, é regulada na seguinte ordem: exercício, posse e nomeação.

38. Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal cabe recurso administrativo ao Conselho Nacional de Justiça.

39. Conforme o Código de Ética, a destinatária e o destinatário deste Código que realizam trabalho remoto ou teletrabalho, híbrido ou integral, independentemente da denominação utilizada, devem se manter no local de trabalho com vestimenta e postura compatíveis com o ambiente profissional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

COM BASE NA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

- 40.** A moral está diretamente ligada aos costumes e tradições de um grupo social, enquanto a ética busca compreender e avaliar criticamente essas normas.
- 41.** Os princípios éticos e os valores morais no exercício da função pública exigem que o servidor atue sempre com imparcialidade, transparência e comprometimento com o interesse público.
- 42.** A ética na democracia consiste na defesa incondicional da maioria, mesmo que isso viole direitos fundamentais de minorias.
- 43.** Do ponto de vista ético, a obrigatoriedade do voto no Brasil busca assegurar uma participação ampla, promovendo o compromisso de cada cidadão com a democracia.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

- 44.** A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.
- 45.** O gráfico de linha é um dos mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- 46.** No Windows Explorer, ferramenta do Windows 10, é possível exibir elementos nos modos de exibição: Lista, Detalhes, Ícones Extra Grandes, dentre outros.
- 47.** No menu Configurações do Windows existe a funcionalidade Windows Update que permite a realização de backups a partir de recursos do próprio sistema operacional.
- 48.** No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.
- 49.** No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.
- 50.** No Teams é possível criar reuniões e enviar o convite para os participantes por email.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

João é servidor público de um órgão da administração direta e, durante o exercício de suas funções, tomou conhecimento de uma irregularidade em um processo administrativo envolvendo recursos públicos. A irregularidade foi de caráter grave, e João sentiu-se compelido a denunciá-la à sua superioridade hierárquica. A autoridade competente, ao tomar ciência da denúncia, decidiu abrir uma sindicância para apurar o fato, já que o ocorrido envolveu um servidor de sua equipe. No entanto, a denúncia foi feita de forma anônima, sem identificar o denunciante e sem mais informações sobre ele.

Acerca da situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

51. A autoridade competente deve apurar imediatamente a irregularidade relatada, por meio de processo administrativo disciplinar, mesmo que a denúncia tenha sido feita de forma anônima.

52. A denúncia deverá ser arquivada pela autoridade competente, por falta de objeto, caso se conclua que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

Em um órgão público federal, a Controladoria Interna recebeu informações sobre possíveis irregularidades em um contrato firmado com uma entidade privada para a execução de um programa de saúde. Após análise preliminar, o responsável pelo controle interno constatou que a execução do programa não estava sendo realizada de acordo com os objetivos definidos, e havia indícios de gestão ineficaz dos recursos. Diante disso, o

responsável pela Controladoria decidiu notificar imediatamente o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação, conforme previsto pela legislação.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições constitucionais acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

53. O responsável pelo controle interno, ao tomar conhecimento de irregularidade no contrato de um programa de saúde, deve comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas.

54. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato possui legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.

Um servidor público recém-nomeado para um cargo de comissão em um órgão federal se recusa a apresentar a declaração de bens, conforme exigido pela Lei de Improbidade Administrativa. Ao ser perguntado sobre a recusa, ele informa que já entregou a declaração de bens à Receita Federal, mas não a atualizou de acordo com as exigências legais. A autoridade competente, ao tomar conhecimento dessa recusa, decide aplicar a sanção prevista pela legislação.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

55. O servidor público que se recusar a apresentar a declaração de bens no prazo determinado será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

56. A atualização anual da declaração de bens é obrigatória apenas para os agentes públicos que mantêm cargos políticos, sendo dispensada para os demais tipos de servidores.

A União realizou, há quatro meses, um processo licitatório para a aquisição de materiais de construção destinados à reforma de prédios públicos. Contudo, o certame foi declarado deserto, pois nenhum licitante compareceu. Diante da urgência da necessidade, a Administração Federal pretende dispensar a licitação e celebrar o contrato diretamente. Além disso, em outra situação, houve a necessidade de contratar empresa por dispensa de licitação para realização de obra emergencial, para evitar a paralisação da prestação de serviços públicos essenciais, cujo contrato teve a vigência inicial de oito meses, mas a obra, que continua necessária, ainda não estava concluída.

Com base no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

57. A União pode dispensar a licitação para a aquisição dos materiais de construção, já que o processo anterior foi declarado deserto e ocorreu há menos de um ano, desde que as condições do edital original sejam mantidas.

58. A contratação emergencial poderá ser prorrogada, desde que o prazo do contrato não ultrapasse o limite legal de um ano, contados da situação emergencial ou calamitosa.

Acerca dos contratos administrativos, julgue o item a seguir.

59. Se houver nulidade em contrato administrativo, a administração será obrigada a indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, ainda que a nulidade seja imputável ao contratado, diante do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa da administração.

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados e da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), julgue os itens a seguir.

60. Maria, cidadã brasileira, solicitou, junto ao poder público, acesso a uma informação, vindo a ser informado que, em razão da imprescindibilidade da temática à segurança da sociedade, esta foi classificada, em observância às formalidades legais, como secreta. Nessa situação, o prazo máximo de restrição de acesso à informação requerida por Maria é de vinte e cinco anos.

61. Transcorrido o prazo de classificação, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

62. O tratamento de dados pessoais sensíveis depende do consentimento do titular, inclusive nos casos de proteção da sua vida ou incolumidade física.

Com base na Lei do Processo Administrativo, julgue os itens a seguir acerca da delegação e avocação de competências.

63. O ato de delegação de competências administrativas deve ser publicado no meio oficial e deve especificar as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação.

64. O ato de delegação pode incluir a decisão sobre recursos administrativos, mas não a edição de atos de caráter normativo.

ADMINISTRAÇÃO GERAL*Douglas Schneider*

65. Julgue o próximo item a respeito da gestão por processos.

A análise do perfil da organização, incluindo a coleta de dados sobre sua tipologia, área de atuação, equipe, localização, missão, visão, macroprocessos, cadeia de valor e indicadores dos macroprocessos, tem como objetivo identificar o contexto em que os processos estão inseridos.

66. Acerca do planejamento estratégico, julgue o item subsequente.

O macroambiente e o ambiente de tarefa são mapeados para identificar a situação organizacional por meio da análise SWOT, com foco especial nos concorrentes e a eventuais mudanças no cenário.

67. Acerca de gestão de pessoas, julgue o item a seguir.

A atividade de treinamento, juntamente com as iniciativas de promoção da qualidade de vida no trabalho, integra o processo de desenvolvimento de pessoas.

68. Julgue o próximo item sobre planejamento estratégico.

Sendo o resultado do planejamento tático, o plano estratégico tem como componente direto os planos setoriais para alcance dos resultados nas diferentes áreas da organização.

69. Julgue o item subsecutivo, consoante à gestão de pessoas por competências.

As chamadas *soft skills* são competências comportamentais que complementam as competências técnicas, conhecidas como *hard skills*, para a melhoria no desempenho da função.

70. Com relação à liderança e às teorias de motivação, julgue o item a seguir.

Diante dos liderados no nível mais alto de maturidade, é indicado um estilo de liderança voltado para a tarefa, em que se definam os papéis para quem não consegue ou não quer assumir responsabilidade por si mesmo.

71. Considerando as características, vantagens e desvantagens de cada tipo de departamentalização, julgue o que se segue.

Uma das vantagens da adoção da departamentalização por processos por uma empresa é a flexibilidade restrita para ajustes em cada processo da empresa.

72. Julgue o próximo item que trata do gerenciamento de conflitos.

Antes de se manifestar, o negociador deve exercer a escuta ativa, que é a capacidade de ouvir atentamente o interlocutor. No entanto, por se tratar de uma técnica não verbal, a escuta ativa não pode ser considerada uma forma efetiva de comunicação, devido à sua falta de argumentação.

73. Julgue o próximo item relativo à estratégia organizacional.

O crescimento orgânico é uma estratégia que busca expandir a escala e o alcance de uma empresa no mercado, englobando aquisições, parcerias e fusões com outras organizações, o que proporciona a entrada em novos mercados.

74. Em relação ao comportamento organizacional, julgue o que se segue.

A direção é a quantidade de esforço aplicada para alcançar um objetivo, enquanto a motivação representa as forças internas de uma pessoa que influenciam seu comportamento voluntário.

75. Julgue o item que se segue a respeito de indicadores de desempenho.

Os indicadores de desempenho não resolvem problemas diretamente, mas fornecem informações essenciais sobre a situação que se busca melhorar.

76. Com relação à motivação, julgue o próximo item.

A motivação dos servidores públicos é diretamente influenciada pela maneira como a liderança exerce seu poder de influência.

77. Julgue o próximo item, sobre ferramentas gerenciais.

Considerando a seleção e definição dos objetivos organizacionais, a ferramenta estratégica BSC (balanced scorecard) é a melhor opção.

78. No que se refere à gestão de projetos, julgue o item a seguir.

O plano de gerenciamento de benefícios é uma das entradas previstas no processo de desenvolver o termo de abertura de um projeto.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

79. O modelo racional-legal, fundamentado nos princípios de Max Weber, prioriza a formalidade, a impessoalidade e a hierarquia.

80. O paradigma pós-burocrático valoriza a flexibilidade, inovação e foco em resultados, diferentemente do modelo burocrático tradicional.

81. As reformas administrativas no Brasil após 1995 marcaram a transição completa para o modelo gerencial, eliminando características burocráticas.

82. O empreendedorismo governamental visa estimular inovações nos serviços públicos para atender melhor às demandas da sociedade.

83. Empreendedores no setor público operam sob as mesmas condições de mercado que empreendedores do setor privado.

84. A gestão pública, assim como a privada, está sujeita a pressões de transparência, mas a flexibilidade organizacional é mais característica da gestão pública do que da privada.

85. Os gestores públicos enfrentam restrições legais e políticas que geralmente não estão presentes no setor privado.

86. Os modelos de gestão pública e privada convergem no uso de indicadores de desempenho para avaliar resultados.

87. A gestão de riscos é um processo contínuo que identifica, avalia e mitiga possíveis ameaças aos objetivos organizacionais.

88. O gerenciamento de riscos em organizações públicas é menos complexo do que no setor privado, devido ao menor número de variáveis envolvidas.

89. Compliance no setor público se refere ao cumprimento de leis, regulamentos e normas éticas aplicáveis às atividades governamentais.

90. Programas de compliance ajudam a prevenir desvios de conduta e fortalecem a ética nas organizações públicas.

91. O gerenciamento de riscos no setor público é menos complexo do que no setor privado, devido à menor influência de variáveis externas.

92. A integração da gestão de riscos à governança pública fortalece a transparência e a confiança na administração.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

93. O orçamento de base zero consiste em uma técnica de planejamento e gestão orçamentária em que todas as despesas e programas devem ser justificados do zero, independentemente de sua execução em exercícios anteriores. Essa metodologia rompe com o tradicional incrementalismo, ao não considerar automaticamente os valores gastos no passado como base para a previsão futura.

94. Por meio do princípio do orçamento bruto, evita-se que receitas sejam deduzidas diretamente de despesas ou que determinadas receitas sejam vinculadas exclusivamente a determinadas despesas sem o devido registro contábil. Esse princípio, consagrado na Lei nº 4.320/1964, contribui para a clareza das contas públicas e para a fiscalização pelos órgãos competentes, sendo fundamental para o planejamento, execução e controle orçamentário no âmbito da administração pública.

Acerca dos instrumentos de planejamento orçamentário, julgue as questões 95 e 96:

95. A proposta orçamentária anual pode ser elaborada de forma independente, sem necessidade de observância das metas e prioridades estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), visto que cada uma dessas peças tem finalidades e vigências distintas, o que permite maior flexibilidade na alocação de recursos públicos.

96. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos da Constituição Federal de 1988, tem como principal função definir as receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente, sendo suficiente para substituir a Lei Orçamentária Anual (LOA) na ausência de sua aprovação dentro do prazo constitucional.

Sobre a receita pública, julgue as questões 97 e 98:

97. Na classificação da receita pública por natureza, as receitas originárias e derivadas são identificadas como categorias econômicas distintas, sendo as receitas originárias exclusivamente vinculadas à arrecadação tributária e as derivadas relacionadas à exploração de bens e serviços do Estado.

98. No âmbito federal, a metodologia de projeção de receitas orçamentárias busca assimilar o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, a fim de projetá-la para o período seguinte, com o auxílio de modelos estatísticos e matemáticos. Nesse contexto, a previsão de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

Sobre a despesa pública, julgue as questões 99 e 100:

99. A classificação da despesa pública por estrutura programática organiza os gastos públicos com base em programas e ações, vinculando cada despesa a objetivos específicos da administração pública, com o intuito de assegurar a eficiência e o acompanhamento do planejamento governamental.

100. Os estágios da despesa pública compreendem a fixação, o empenho, a liquidação e o pagamento, sendo a fixação o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

101. O crédito adicional extraordinário pode ser aberto por decreto do Poder Executivo para atender a despesas urgentes ou imprevistas em qualquer situação que demande suplementação de recursos, não sendo necessária a ocorrência de calamidade pública, guerra ou comoção interna.

102. O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é uma plataforma informatizada desenvolvida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de registrar, acompanhar e controlar, de forma integrada e em tempo real, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. O SIAFI integra diferentes usuários da administração pública federal e permite o monitoramento detalhado de despesas e receitas em conformidade com os princípios legais e contábeis estabelecidos para o setor público.

103. A dívida ativa abrange exclusivamente créditos tributários inscritos em favor da Fazenda Pública, não sendo possível a inscrição de créditos de natureza não tributária, como multas ou indenizações.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), julgue as questões 104 a 106:

104. Se o Presidente da República decidir diminuir a alíquota do imposto de importação com o objetivo de interferir na economia, deverá demonstrar que a renúncia da receita foi considerada na estimativa da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

105. Na verificação do atendimento dos limites da despesa com pessoal, não serão computadas as despesas com indenização por demissão de servidores ou empregados, mas serão contabilizadas as despesas decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração da referida despesa.

106. O Relatório de Gestão Fiscal será emitido pelos titulares de Poderes e órgãos ao final de cada quadrimestre e conterá, entre outras informações, o comparativo do montante da despesa com pessoal com os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

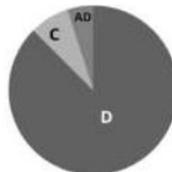
X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes:

- 107.** Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra e M_D , a mediana amostral e M_E , então o produto $M_0 \times M_D$ é igual a 16.
- 108.** Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ superior a 60.
- 109.** A soma da moda, média e da mediana dos valores é superior a 12.
- 110.** A variância amostral do número de moradores é superior a 5.

Para fazer um gráfico de setores que representasse o número de alunos canhotos, destros e ambidestros em certo órgão público, Maria fez o seguinte gráfico abaixo.



	Nº de alunos da sala de aula
Destros (D)	35
Canhotos (C)	3
Ambidestros (AD)	2

111. O setor circular correspondente aos destros no gráfico correto feito por Maria possui mais de 300°

A respeito das técnicas de amostragem probabilística, julgue os itens seguintes:

- 112.** Na amostragem por conglomerado a população é dividida em diferentes grupos, extraindo-se uma amostra apenas dos conglomerados selecionados.
- 113.** Na amostragem estratificada, se a população pode ser dividida em subgrupos que consistem em indivíduos bastante semelhantes entre si, pode-se obter uma amostra aleatória em cada grupo.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

114. A Resolução CNJ n.º 400/2021 dispõe sobre a Política de Sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário e a Instrução Normativa STJ/GDG n.º 4/2024 atualiza a Política de Sustentabilidade no Superior Tribunal de Justiça.

Sobre esse assunto, julgue o item a seguir.

A unidade de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável (PLS) deve propor a revisão do plano, que deve ser promovida pela Comissão Gestora com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.

115. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Sobre a PNMA, julgue a assertiva a seguir.

O poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

116. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Sobre a PNMC, julgue o item a seguir.

Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

117. A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Sobre a PNRS, julgue a afirmativa a seguir.

O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos de logística reversa, com a devolução.

118. No Brasil, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, julgue a assertiva a seguir.

Incumbe ao poder público vedar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético no Brasil.

119. A Resolução CNJ n.º 347/2020 dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e a Resolução CNJ n.º 497/2023 estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.

Sobre tais normas, julgue o item a seguir.

Uma contratação compartilhada é a aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e eficiência econômica, com ganho de escala, realizada sempre por diferentes organizações públicas visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país.

120. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) traz uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas metas a serem alcançados dentro dos próximos anos, buscando abordar desafios sobre vários temas de importância global.

Sobre a Agenda 2030, julgue a assertiva.

Um dos ODS é o de igualdade étnico-racial, visando eliminar o racismo e a discriminação étnico-racial, em todas suas formas, contra os povos indígenas e afrodescendentes.

Discursiva

Em uma situação hipotética, o Poder Executivo da União elaborou suas peças de planejamento orçamentário. De todas as etapas e condições constitucionais necessárias, coube destaque aos seguintes fatos:

- a. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual foram apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.
- b. Foi aprovada uma emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual, da seguinte forma:
 - b.1. a fonte de recurso foi proveniente de anulação de despesa.
 - b.2. a despesa anulada referia-se ao serviço da dívida.
- c. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu:
 - c.1. de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - c.2. metas e prioridades da administração pública federal e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Além disso, orientou a elaboração da lei orçamentária anual, dispôs sobre as alterações na legislação tributária e estabeleceu a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d. Apesar da regra de que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, foram inseridos artigos para
 - d.1. abertura de créditos suplementares e especiais
 - d.2. contratação de operações de crédito.
- e. Na execução do orçamento, foi realizada, sem prévia autorização legislativa, transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo

Manifeste-se sobre esses fatos quanto à compatibilidade de cada um deles com o disposto na Constituição Federal de 1988. Justifique sua resposta.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
